TL 6997

PERGUNTAS DIRIGIDAS PELO JORNAL PÚBLICO

AO LÍDER DO CNRM, COMANDANTE XANANA GUSMÃO

1. Como encara a visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste?

2. Que condições mínimas entende deverem ser garantidas para que os deputados portugueses possam trazer uma visão completa do que se passa no território?

3. Vai encontrar-se com a delegação? Que pretende dizer-lhe?

4. Se não se realizar a visita, que iniciativa entende dever ser tomada no quadro das negociações entre Portugal e a Indonésia, a decorrerem actualmente sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU?
E se a visita se efectivar: que passos devem ser dados posteriormente?

5. Que balanço faz dessas negociações? Devem os timorenses ser chamados a participar nelas? Quando? Quem os deve representar?

6. Que acções acha que Portugal devia ter desenvolvido e não desenvolveu até agora, em favor do povo timorense?

8. Passados estes meses sobre a visita do Papa a Timor, como aprecia a atitude de João Paulo II?

9. Quais as relações, neste momento, entre a Resistência e a Igreja timorense? Que apreciação faz das últimas posições do bispo de Dili, monsenhor Ximenes Belo?

10. Qual o papel desempenhado actualmente pelos estudantes na resistência anti-indonésia?

11. O Comando da Resistência aceitaria, obtida a autodeterminação, submeter-se a eleições em igualdade de condições com outras formações políticas existentes ou a surgirem entretanto?

12. Abandonou a Fretilin em Dezembro de 1988. Quais as suas relações neste momento com este partido? E os restantes comandantes da guerrilha: pertencem ou não à Fretilin?

13. Corre com insistência, em meios ligados à causa timorense, que se encontra ferido, ou pelo menos doente, e que a Resistência atravessa um dos seus mais desesperados momentos, depois de 1978. Qual a sua situação clínica? Em que zonas do território actua neste momento a guerrilha? Quantos são os combatentes de armas na mão?

14. Em meios políticos e governamentais portugueses bem como nas chancelarias ocidentais, prevalece a ideia de que é dificil, se não impossivel, Timor-Leste alcançar a autodeterminação e independência. Aceitaria uma solução baseada no reconhecimento pela Indonésia, avalizado pelas Nações Unidas, de um estatuto de autonomia especial que, garantindo o respeito pelos Direitos Humanos e preservando a cultura, a religião e a identidade timorense, dotasse o território de orgãos de Governo próprios, no quadro da República da Indonésia?

Lisboa, 30 de Março de 1990